

MULHERES VENCENDO BARREIRAS

Palestra da Ministra Laurita Vaz na abertura do Curso de Extensão Cultural da Mulher (CECM), em comemoração ao Dia Internacional da Mulher

8 de março de 2018

Boa tarde a todos.

Antes de mais nada, quero agradecer, de coração, o honroso e gentil convite que me foi feito pelo Exmo. Sr. Comandante do Exército, o **General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas**, para participar deste importante evento cultural, voltado para a grande Família Militar, brilhantemente coordenado pela **Senhora Cida Villas Bôas**, sua esposa.

O nobre propósito desse ciclo de atividades é levar às esposas e dependentes de militares em geral, servidoras civis e militares do segmento feminino das três Forças Armadas, o debate de temas relevantes que promovem a cultura e o intercâmbio de experiências.

Propus falar um pouco sobre o tema “Mulheres vencendo barreiras”, em homenagem ao dia comemorativo de hoje, 8 de março, dia internacional da mulher.

Num País como o Brasil, cuja marca registrada é justamente os **contrastes**, é muito difícil tecer considerações amplas. Somos um país continental. O que vale como verdade no sul, não espelha a realidade do norte. E, ainda, o que era

considerado adequado há 70 anos, eventualmente, pode ser tido, hoje, como inadmissível. O ser humano está, de fato, em constante processo de desenvolvimento, com acertos e erros.

O que vocês acham dessas propagandas veiculadas no século passado, nas décadas de 50 e 60?

(Apresentação de vídeo com propagandas do século passado)

Depois de ser a primeira mulher a assumir a presidência do Superior Tribunal de Justiça, toda vez que sou chamada a me pronunciar sobre o tema aqui proposto, sinto aumentada minha responsabilidade de transmitir para as novas gerações um pouco da intrépida trajetória das mulheres no mercado de trabalho.

Hoje os jovens veem mulheres em postos de comando de setores públicos e privados sem muita estranheza e até com certo grau de naturalidade. Contudo, os mais velhos – e não tão velhos – certamente sabem que nem sempre foi assim. Houve nas últimas décadas uma verdadeira revolução social.

Saltando a fase da revolução industrial do século XVIII e indo direto para a história mundial recente, notadamente durante a segunda grande guerra, vimos mulheres deixarem seus lares e afazeres domésticos para integrarem-se à força de trabalho, invadindo ambientes predominantemente masculinos. De lá para cá, cada vez mais, a mulher foi modificando usos e costumes em diversas searas profissionais. A imagem de fragilidade e

dependência foi se amoldando à nova realidade, forjada com muito sacrifício, determinação e empenho, vencendo preconceitos e derrubando tabus.

A mulher, ao longo desses anos, abriu espaços e vem ocupando postos de relevo no Poder Judiciário, justamente o mais conservador dentre os Poderes da República. A saudosa ministra Cnéa Cimini Moreira de Oliveira, a quem rendemos homenagens, foi a primeira mulher a ocupar o cargo em um Tribunal Superior (TST), em dezembro de 1990.

Em junho de 1999, a eminente ministra Eliana Calmon, magistrada de carreira da Justiça Federal, foi a primeira a ocupar um assento no Superior Tribunal de Justiça, dez anos depois de sua instalação. Depois dela, outras vieram. Atualmente, somos apenas seis dentre trinta e três ministros.

Em dezembro de 2000, tomou posse a primeira mulher a integrar a mais alta Corte do país: a ministra Ellen Gracie Northfleet, que ainda exerceu a presidência do Supremo Tribunal Federal por dois anos, antes de encerrar sua ilustre trajetória no Judiciário brasileiro em 2011. Hoje, dos onze ministros da Suprema Corte, duas são mulheres.

No cenário jurídico internacional, merece especial destaque a brilhante carreira de Sylvia Helena de Figueiredo Steiner, magistrada brasileira que integrou o Tribunal Penal Internacional em março de 2003, com mandato de nove anos.

Diferentemente do que ocorre nas Cortes Superiores, a proporção de mulheres na Justiça de primeiro grau reflete melhor o espaço que tem sido conquistado por candidatas que, cada vez em maior quantidade, são aprovadas nos concursos públicos para ingresso na magistratura e também no Ministério Público, dividindo em números quase paritários os cargos de **juízes** e de **promotores de justiça**.

Percebam as senhoras que até a nossa língua é machista: para designar o todo, sem especificar o gênero, usa-se o masculino.

Todavia, quando se trata das instâncias superiores e de cargos providos por indicação, o que se tem é uma diminuta participação feminina. Esses dados não traduzem falta de competência ou merecimento por parte das mulheres, mas, sim, a existência de dificuldades para transitar em espaços políticos historicamente ocupados por homens.

Quando se chega ao ápice da carreira jurídica, a disputa não depende mais de um concurso público de provas e títulos, mas de abertura política e de reconhecimento dos próprios pares, na maioria homens, que, muitas vezes, dificultam o acesso das mulheres. A pior das discriminações é aquela que se faz de modo velado, disfarçado, porque dificulta a crítica direta e objetiva. Reagir a essa força não é tarefa fácil.

Hoje, no cenário jurídico, felizmente, vemos uma realidade incomum até há pouco: temos a segunda mulher na

presidência do Supremo Tribunal Federal, a ministra Cármen Lúcia; a Dra. Grace Mendonça, a primeira mulher Advogada-Geral da União; e a Dra. Raquel Dodge, Procuradora-Geral da República; a Dra. Cristina Machado da Costa e Silva, primeira Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; também a ministra Maria Elisabeth Rocha, do STM, a primeira mulher a alcançar a instância máxima da Justiça Militar, tendo presidido aquela Corte até o ano passado; e tantas outras que galgaram a presidência das Cortes Estaduais e Regionais Federais.

No Congresso Nacional, ainda é tímida a participação das mulheres: são 13 senadoras, de um total de 81; e 54 deputadas federais, de um total de 513, na atual legislatura.

A seara política parece ainda envolta por uma crosta de conservadorismo que impede ou, no mínimo, dificulta bastante o acesso das mulheres.

Em uma sociedade plural como a nossa, temos de incentivar a participação dos diversos núcleos representativos do extrato social que forma nosso país. E, nesse contexto, é imprescindível contar com a voz feminina, porque traz consigo, ínsito ao gênero, preciosas características que podem contribuir muito com o estabelecimento de diretrizes e políticas públicas para o desenvolvimento do Brasil.

Para as novas gerações, hoje, não é concebível sequer cogitar da exclusão da mulher do cenário social e político da

nação. Contudo, é bom lembrar que o simples ato de votar é um direito fundamental que só foi conquistado, e com grande resistência, em **1934**, quando tudo que a sociedade esperava da mulher brasileira era a total dedicação às tarefas domésticas e criação da prole.

O desate das amarras que prendiam as mulheres, submissas, junto aos deveres do lar passou, de forma crescente nos últimos anos, pela elevação do grau de escolaridade. Sem embargo, ainda se espera da mulher, de forma ostensiva ou disfarçada, a mesma dedicação aos afazeres domésticos de outrora.

As mulheres, nesse contexto, têm que se desdobrar para cumprir dupla jornada: uma no exigente mercado de trabalho, onde sempre precisam renovar a prova de sua capacidade, e outra em casa. Eu mesma tenho que estar à frente do maior tribunal superior do país, e o que mais julga no mundo, lidar com a administração de 3 mil servidores e quase 2 mil terceirizados, e ainda desempenhar meus papéis de esposa, mãe de 3 filhos, avó de 7 netos. Não é tarefa pouca.

A despeito das barreiras existentes e do longo caminho que ainda há a ser desbravado, temos o que comemorar. É inegável o progresso das mulheres na sociedade brasileira, galgando importantes cargos nos altos escalões do Governo Federal e dos Estados, e na iniciativa privada.

Diante de mim estão as senhoras, exemplos atuais de mulheres de fibra, integrantes das Forças Armadas, realidade relativamente recente, onde desempenham papéis dos mais variados, todos de altíssima relevância para as fileiras militares, quebrando paradigmas seculares. Posso citar a **Capitão Joice Conceição**, que foi a primeira mulher a pilotar um Hércules, avião de carga da FAB; a **Capitão Carla Alexandre Borges**, a primeira mulher a assumir o comando de uma aeronave de caça da FAB, também foi a primeira a pilotar o avião presidencial, um Airbus A-319; as **Terceiros Sargentos Elisângela Ferreira Xavier e Lidiana Reinaldo Jiló da Costa**, integrantes da área do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro, foram as primeiras mulheres a completar o difícil curso do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS); a **Contra-Almirante Dalva Maria Carvalho Mendes**, a primeira mulher a alçar o Almirantado na Marinha do Brasil; e tantas outras pioneiras que abrem as portas para as próximas gerações.

Todo esse progresso foi construído durante um longo processo sociológico que, pela própria natureza, não mostra resultados do dia para a noite. E, até a consolidação de uma sociedade igualitária e justa, o tema precisa ser lembrado e debatido de forma contínua.

É da natureza do homem [aqui me refiro a homens e mulheres] a busca da felicidade, da alegria de viver. E, em qualquer época, o pior que se pode fazer é tentar impor, a quem

quer que seja, um modelo fechado, estanque. Se outrora “trabalhar fora” era muito mal visto para senhoras casadas, hoje, há quem critique aquelas que se dedicam exclusivamente ao lar e à família. Ora, não é porque galgamos mais espaços que eles precisam ser impositivos. O progresso está justamente na expansão das oportunidades. As mães, esposas e companheiras que decidem dedicar-se à administração da vida doméstica e da família não podem ser criticadas por isso. Também podem, e merecem, ser felizes na escolha que fizeram.

Como já disse no início, o Brasil é campeão em contrastes. Esse progresso sociológico a que me referi, infelizmente, não é ainda a realidade de muitas mulheres deste País, mormente quando se olha para as classes mais baixas, onde muitas mulheres ainda são vítimas de maus-tratos, violências, opressão e discriminações. Para elas o tempo parece correr bem mais devagar.

Os dados estatísticos oficiais são tristes e denigrem a imagem do País. A cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil. A bebida alcoólica, o ciúme e o machismo, nesta ordem decrescente, são as maiores causas de violência contra a mulher.

Outro dado vergonhoso, digno de repúdio: 43% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência física ou psíquica.

Hoje, a primeira manchete que li estampada na capa do jornal Folha de São Paulo é esta: “Salário desigual entre mulheres e homens reduz PIB”. O estudo, que teve por base os anos de 2007 a 2014, mostra que cada 10% de aumento na diferença entre

salários de homens e mulheres – que tem relação com preconceito de gênero – reduzem em cerca de 1,5 a expansão do PIB per capita dos municípios brasileiros.

Então, senhoras e senhores, ao mesmo tempo em que comemoramos as conquistas das mulheres, lamentamos por aquelas que ainda não vivem a plenitude da liberdade e igualdade de oportunidades.

Essas mulheres desprotegidas, violentadas, vítimas de todas as formas de agressões, sem grau de instrução, sem trabalho digno e sem salário, sem rumo e sem horizontes, necessitam da ajuda das autoridades constituídas, da ajuda da comunidade, da nossa ajuda. Vamos abrir trilhas, buscar as veredas, encontrar soluções.

Vamos fazer com que essas mulheres, que são o esteio do lar, a estrutura da família, possam viver plenamente sua cidadania e sejam felizes.

Para concluir, deixo uma última reflexão: As diferenças discriminatórias entre homens e mulheres devem ser superadas, mas as diferenças naturais devem ser respeitadas, para que cada um, com suas características inatas, possa contribuir com seu melhor para o desenvolvimento social.

Agradeço, mais uma vez, o convite que me foi feito e a paciência com que ouviram as minhas palavras.

Muito obrigada.